

# Eleitos pelo DF vão ficar no anexo III

Malu Pires

O diretor-geral da Câmara dos Deputados, Aldemar Sabino, informou ontem, que já está previsto o local dos gabinetes dos senadores e deputados eleitos nas próximas eleições por Brasília. A área escolhida é o Anexo III do Congresso Nacional, que segundo Aldemar Sabino, «comporta com folga mais 11 gabinetes — os dos três senadores e os dos oito deputados». Entretanto, sobre os outros benefícios do cargo, como apartamento funcional, auxílio-moradia, passagens aéreas, cota telefônica e auxílio-transporte, nada ainda foi decidido e a previsão do diretor-geral da Câmara é de que estudo para decidir isso só será feito a partir de janeiro.

Ele, no entanto, reconhece que a situação dos políticos brasilienses é polêmica. «Ja comentei com o presidente da Casa, Ulysses Guimarães, sobre as particularidades do assunto, e chegamos à conclusão de que é realmente necessário um estudo sobre o assunto». Mas desde já, Aldemar Sabino é contra a concessão de três «benefícios» as passagens aéreas, o auxílio-transporte e a cota telefônica interestaduais.

O problema — observa — reside no fato de os representantes brasilienses terem como exigência a sua candidatura o pré-requisito do domicílio eleitoral. Isto significa que é aqui a base eleitoral deles. E é aqui, que têm residências há pelo menos um ano. «Dai a desnecessidade das passagens aéreas, o auxílio-transporte interestadual e a cota telefônica interestadual».

Os deputados de outros estados têm direito a três tipos de passagens aéreas: Brasília-Rio, Rio-Estado de origem e Brasília-Estado de origem. Estas passagens são concedidas para que os deputados possam fazer contatos políticos com seus estados e com suas bases eleitorais. «O que não teria sentido conceder aos brasilienses, já que suas bases são Taguatinga ou Ceilândia», afirma Aldemar Sabino.

No Senado a concessão deste

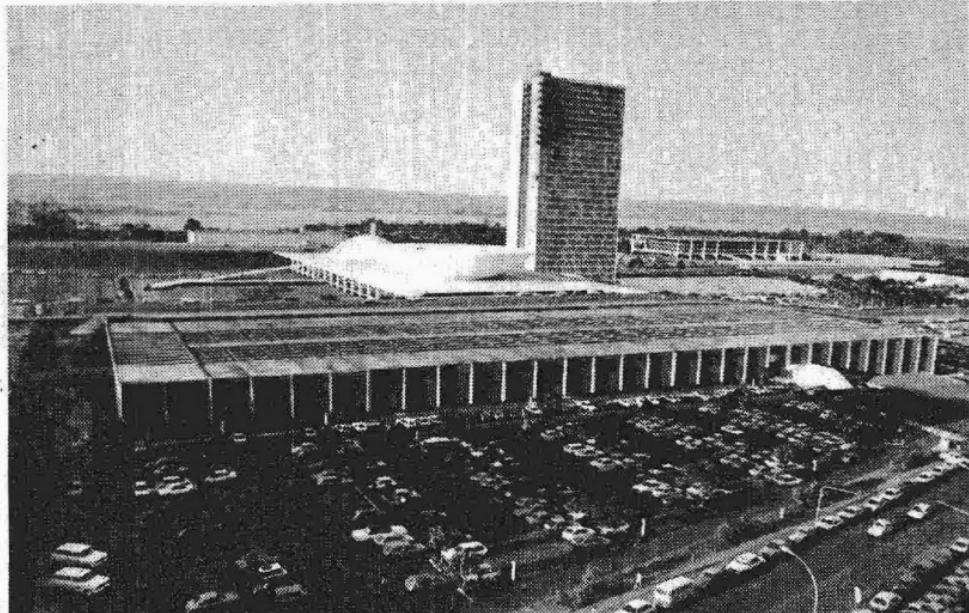
“benefício” tem o mesmo objetivo, mas a diferença é que os senadores recebem o dinheiro para a compra das passagens aéreas, ao invés do recibo que a Câmara usa. Mas, segundo funcionários do setor, ali ainda não há uma opinião formada sobre a questão.

Quanto ao auxílio-transporte, a situação também se repete. Há dois tipos — o auxílio-transporte para uso em Brasília e o destinado a viagens ao estado de origem. «Se for para o deputado ou senador se locomover em Brasília, tudo bem. Mas como explicar a viagem do político brasiliense para fora do Distrito Federal, quando suas bases políticas são tão próximas?», acentua o diretor-geral.

Sobre a cota telefônica o pensamento do diretor-geral da Câmara é o mesmo. O Regimento Interno da Câmara afirma que a cota dos deputados, por exemplo, é equivalente a 100 impulsos entre Brasília e sua capital de origem, somadas às ligações locais. O que, segundo Sabino, ficaria difícil de entender «e que um político brasiliense tivesse a mesma cota tendo de realizar, na sua maioria, ligações locais».

Ja no caso do apartamento funcional o diretor-geral não vê nenhum problema, assim como com o auxílio-transporte e a cota telefônica locais. Afirma que estes “benefícios” são “conquistas do cargo”. «Pode haver o caso de um senador ou deputado que não tenha casa própria e isto tem que lhe ser assegurado, além dos meios para que exerça suas atividades» e esclarecendo que o auxílio-moradia é dado aos políticos que não têm apartamento ou que moram de aluguel. «Neste caso “eles escolhem entre o auxílio-moradia ou o apartamento funcional”.

Cabe aos diretores-gerais da Câmara e do Senado examinar a questão. Os diretores apresentam suas propostas aos secretários responsáveis por cada benefício e eles, por sua vez, fazem sua análise. De posse deste documento e que a Mesa do Senado e da Câmara darão a palavra final.



Os políticos de Brasília querem ter os mesmos direitos nas mordomias